

# *Palácio do Correio Mor*



*Um espaço que o tempo guardou!*



## PALÁCIO DO CORREIO-MOR

Na imensa mancha de verdura negra que, ainda nos inícios do séc. XVIII emoldurava os arrabaldes de Lisboa, viu-se crescer e ampliar-se, com lentidão marcada pela cadência do tempo joanino, uma clareira entre bosques que depressa se povoou de áleas e jardins entre mármore e fontes, e enfim de edifícios que foram mudando, crescendo, até formar um palácio que, tanto pelo rasgo da proporção como pela gramática estilística, contrastava surpreendentemente com o vernáculo bisonho da arquitectura circundante.

Quem o construiu? A que epopeia serviu de memória? Se as pedras se resgatassem da sua mudez sobre que legendas iria testemunhar?

A resposta está, inteira, no simples topónimo: é ali a quinta do Correio Mor.

O Correio Mor é mais uma instituição que uma pessoa. O cargo era antigo em Portugal e as suas origens ligam-no subtilmente à azáfama dos descobrimentos. O primeiro Correio Mor foi um tal Luís Homem, que antes de Correio Mor foi estafeta do rei, cavaleiro que passou a vida a correr, com mensagens ocultas no entreferro das bolsas, a ligar com os sigilosos fios que a política e a finança tecem, Lisboa com a Flandres, com Roma, com as desvairadas cidades onde a corte imperial de Carlos V fazia assento. Foi esse mesmo quem, talvez no regresso de uma jornada mais afadigante, fez ver ao monarca quanto serviço podia prestar ao reino a organização de um corpo de mensageiros permanentes e a designação de um funcionário “para saber quando vão, quando vêm, quando partem e quando tornam”. São estas as próprias palavras do diploma pelo qual, no ano de 1525, o Rei D. João III criou o ofício de Correio Mor e nele proveu o tal Luís Homem.

A função depressa se ampliou. Os mensageiros não tardaram a revelar-se uma peça essencial não só na circulação de recados e missivas mas também na teia das negociações públicas e privadas e, sobretudo, na transferência de capitais.

Depois de Luís Homem passaram pelo cargo um João Afonso e um filho deste, de quem não ficou maior memória que a da rotina anónima. Em 1606 Filipe II nomeou Correio Mor um activo mercador que lhe havia emprestado dinheiro a juro. O empréstimo fora de 30 000 reais e a nomeação parece onzena do rei: o nomeado pagou por ela 70 000 reais, mas descontou nesse preço a dívida e só entrou no erário público com a diferença.

O nome do grande mercador era Luís Gomes, que também se apelidava de Elvas porque a família tinha raiz nessa cidade raiana. Era gente de nação, como se chamava então aos ex-judeus; e tinha parentesco com o banqueiro dos Reis Católicos, que aceitava em 1492, com as águas baptismas, o apelido renovado de Pires Coronel.

Mas o apelido que iria ficar ligado à função de Correio Mor não seria nem o de Elvas nem o de Pires Coronel, mas outro bem diferente, que o arvoredado de Loures inspirou: Mata.

Luís Gomes comprou ao Mosteiro de Odivelas o domínio directo de todo aquele matagal bravio e florido a que então se chamava a Mata das Flores, e alcançou do rei o privilégio de, em vez de Elvas ou de Coronel, se apelidar «da Mata» para todo o sempre, e tudo com brasão de fidalguia a que a estabilização das flores da mata iria dar o tema heráldico.

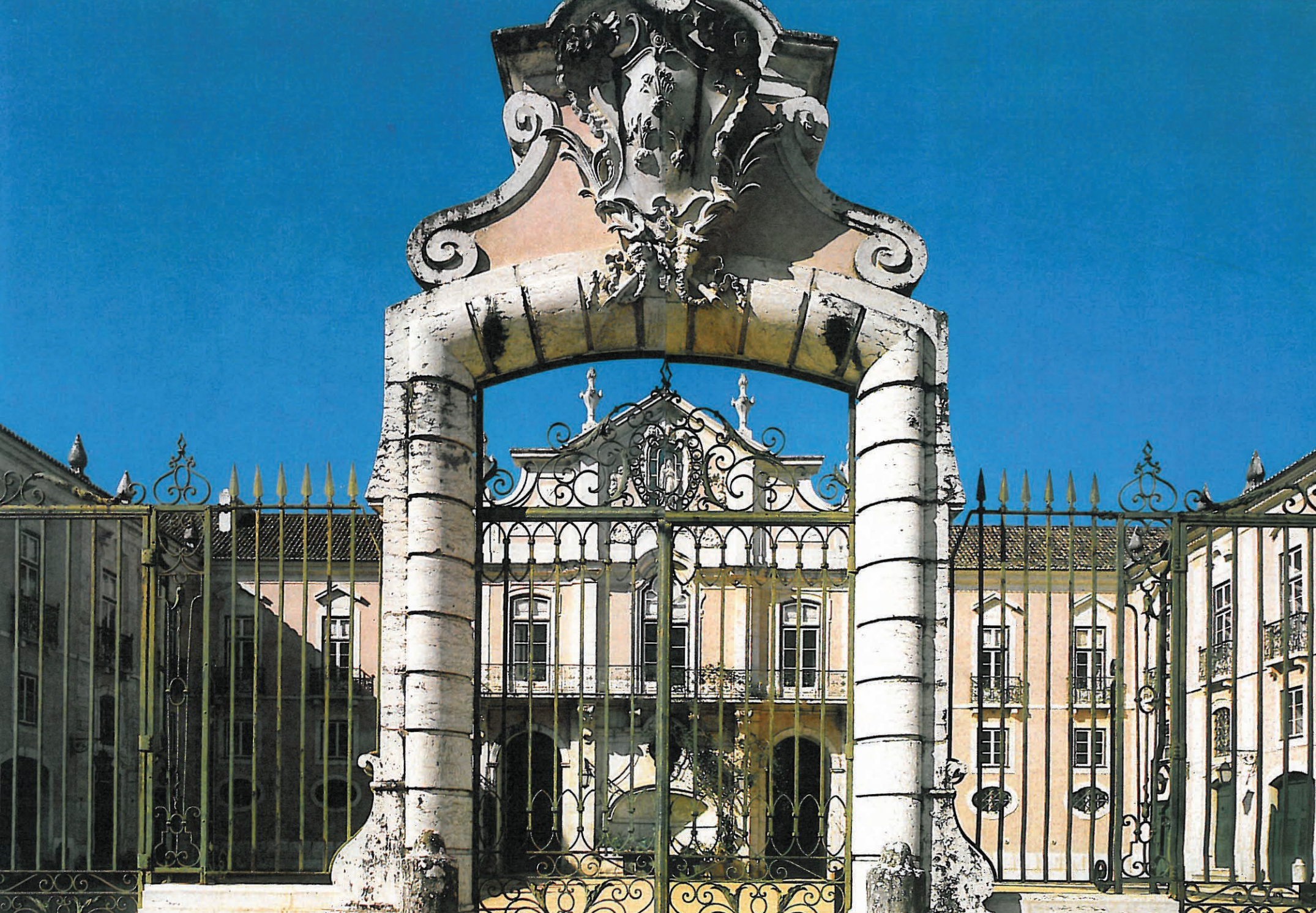
E desde então, o trabalho, o talento, as alianças, a boa ventura do negócio das especiarias, do açúcar e da lapidação das pedras foram pouco a pouco trazendo os Matas ao primeiro plano da portuguesa fidalguia: um filho de Luís Gomes casou na casa dos condes de Monsanto e por isso já se apelidou Sousa Coutinho da Mata. E o rioto inverteu os apelidos e assinou da Mata de Sousa Coutinho.

Entretanto, no coração da floresta onde outrora se corriam porcos monteses começam a clarear terreiros de recreio e casas que, de início, talvez não fossem mais que moradas de quinta e cómodos para a lavoura. Mas eram já a semente do palácio.

No séc. XVII eram muitos os fidalgos que buscavam o refúgio de moradias distantes de uma corte que não tinha o prestígio da presença real para os atrair: é o tempo da “corte na aldeia”. Loures, famosa pelos ares saloios e frescura das águas, e ao mesmo tempo longe e perto de Lisboa era lugar predilecto nessa procura.

Na sua expressão actual o palácio é o ponto de chegada de uma construção continuada, que terá começado logo na época da compra da quinta e se prolonga até aos finais do séc. XVIII. Cada geração de Correios Mores reconstruiu, ampliou, deixou na moradia a marca dos ideais estéticos do seu tempo. Mas isso hoje é matéria mais de óbvia presunção que da evidência visual porque o resultado apresenta uma unidade notável.









*Um espaço aberto para si!*



Especialmente ligados à história do palácio está Luís Victório da Mata de Sousa Coutinho, que ocupou o cargo de 1696 a 1735 e era tido em Lisboa por homem de talento e príncipe no carácter e nas maneiras. Atingido por uma sombra de melancolia fugia do fausto inquieto da corte de D. João V para se esconder entre as sombras da quinta de Loures. É o seu busto, que exprime distância e sombra, ensimesmamento e epílogo, o que vemos presidindo à escadaria. A acompanhá-lo vivia uma tia, Maria Manuel, que em seu tempo teve boa reputação de pintora. Não sabemos que marcas da sua passagem terão ficado nas obras do palácio, mas talvez seja ela a autora dos painéis mitológicos do jardim, que na sua ingenuidade tocante acusam inexperiência de discípulo, mas ao mesmo tempo sensibilidade de mulher.

Mas a autoria do aspecto geral do edifício actual tem seguramente de ser atribuída ao 9.º Correio Mor, José António da Mata de Sousa Coutinho, que nasceu em 1718, herdou o cargo em 1735 e o possuiu até à morte, em 1790. Foi pois ele o Correio Mor que serviu sob as ordens de Pombal e a disciplina severa do edifício entende-se melhor quando integrada na época pombalina.

Já então se discutia muito se funções tão vitais como o correio podiam continuar a ser apanágio de família, ou se não deveriam entrar no quadro das funções do Estado. Assim o pensava e propunha em seu *Testamento Político* o arguto D. Luís da Cunha, que sugeria que se obrigasse o correio mor a manter em cada terra notável uma estação com bestas para os carros e cavalos para os mercadores, tirando-se-lhe o ofício se ele o não quisesse fazer. Mas Pombal, apesar de tão propenso a estadualizações e confiscos, não quis intervir nesta matéria. E não é difícil adivinhar a razão: por toda a Europa a reorganização dos correios sucedeu à construção da rede de estradas, e Pombal tinha razões para não introduzir em Portugal esse progresso.

Não há dúvida nenhuma de que é durante as décadas pombalinas que a mata se transforma em parque aristocrático e é em 1767 que sabemos que o edifício adopta a planta actual — um grande U de tenazes salientes, abraçando um grande corpo que inesperadamente é rematado por um frontão onde um jogo de fogareus acentua a sugestão fortemente religiosa que se desprende daquela Senhora da Oliveira que, do alto do seu nicho, abençoa o terreiro amplo como um rocío. A devoção tomou o lugar em que se esperaria ver a pedra da heráldica familiar, e com essa solução diferente a atmosfera ganhou uma singular dimensão de santuário e de lugar de romagem.

Mas começavam a ouvir-se acerbas críticas contra a função de correio: era inadmissível que uma carta, para ir e vir ao Porto, demorasse 15 dias. Falava-se de fretes caros, desmazelo nos serviços, e é de presumir que, nem sempre existisse o sigilo desejado. É curioso que foi um parente dos Matas, o ilustre Rodrigo de Sousa Coutinho, quem, em 1797, promoveu a incorporação da função do correio entre os serviços do Estado. Ultimava-se então a construção da primeira grande estrada portuguesa e no ano seguinte a mala-posta rodaria de Lisboa a Coimbra.

Coube ao 10.º Correio Mor, José Manuel da Maternidade de Sousa Coutinho, após a que nunca faltou fidalguia, abrir mão do título e da posse do ofício, recebendo em troca a dignidade e apelido de conde de Penafiel e recompensa pecuniária à altura da transacção. Isso permitiu-lhe viver com um esplendor de conde de Monte Cristo e é no seu tempo que o palácio de Loures conhece as festas mais brilhantes.

Muitas vezes as janelas do andar nobre se acenderam em luminárias que faziam uma redoma de luz na sombra da região saloia. Ficaram célebres as festas do conde que, além de folgazão brilhante era fidalgo valente, andou nas guerras contra a Revolução e voltou constelado de galões e recompensas das batalhas sangrentas da guerra peninsular.

Esse ex-Correio Mor lia Voltaire e fazia gala de viver ao ritmo da filosofia do seu tempo. Isso lhe valeu um exílio parisiense depois da Vilafrancada. Exílio, aliás, aparatoso, com carruagens, librés e fausto um pouco exótico em Paris, enquanto se dirimia em Portugal o pleito entre antigo e novo regime. Ele esteve ausente na guerra civil, mas o palácio teve o seu papel: quando, em 1833, o exército legitimista procurou recuperar Lisboa, o brilhante edifício era um pardieiro imenso e abandonado, situado no meio do campo de batalha, e foi usado como hospital de sangue. Serviu depois para ver agonizar as vítimas que a cólera e o tifo fizeram na cidade à qual a guerra trouxera a fome e a peste. O Marquês da Fronteira esteve lá e resume a poucas palavras o que então ali se via: “fazia horror o aspecto interno da casa.”

Mas em 1833, após o triunfo liberal o conde de Penafiel pode voltar, e desempenhar o seu papel de fidalgo moderno, com corte em Loures. Casara com uma filha dos Marqueses de Belas e foi ele quem mandou pintar no tecto da sala de Avé-Maria o grande braço de armas da família que ali hoje se pode ver e constitui um nobiliário gráfico: no escudo esquartelado estão os Matas, os Câmaras e os Mendonças.

As salas enriqueceram-se então de móveis e baixelas, pinturas, estuques, azulejos, parquets preciosos de que se conserva o que por sua natureza não podia ser levado, e não deixa de ser o suficiente para reconstituir o ambiente do tempo.

O ciclo da dinastia dos senhores da quinta do Correio Mor iria encerrar-se com uma última grande figura. Por caprichosa coincidência do destino o último representante dos correios mores teria, exactamente como o primeiro, um singelo apelido plebeu: apenas Gomes, sem proémios nem eufemismos. De nome completo António José da Serra Gomes, filho de portugueses pobres, saídos da aldeia para enriquecer no duro trabalho do Maranhão, António José, retornado de 2.ª geração veio como diplomata ao serviço da legação do Brasil em Lisboa e era homem dextro, arguto e bem dotado de figura.





Fonte da "Samaritana"



O prestígio da função depressa o introduziu na alta aristocracia portuguesa. O fulgor do talento fazia esquecer a sua origem sertaneja e tornou possível o casamento, em 1869, com a filha única e universal herdeira do último correio mor. Com o casamento herdou o título de conde de Penafiel, coroa condal que a munificência régia não demorou muito a trocar pela dignidade mais alta de marquês, título dado de juro e herdade.

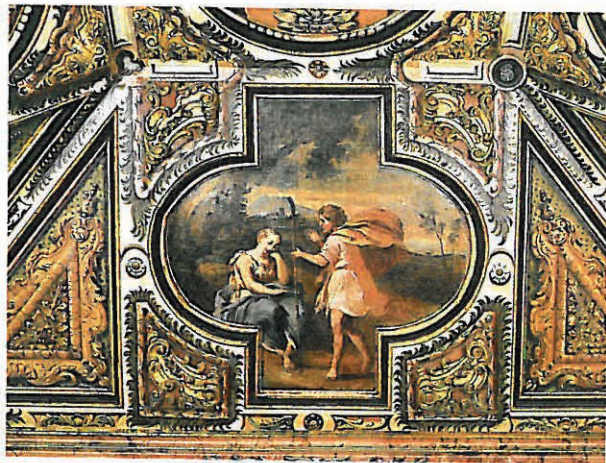
O esplendor da vida que levou excedeu as forças reunidas da renda da herança maranhense e da fortuna que a esposa trouxera em dote. Chega o momento em que os credores se cansaram de prorrogar moratórias e, em 1874, o palácio de Loures foi à praça e foi arrematado com todas as riquezas que entretanto acumulara, com os tesouros e os segredos de uma família que durante dois séculos tinha servido, nas vias do sigilo, os interesses da sua pátria.

Não foi uma falência. Foi um último acto de fidalguia. Os marqueses continuaram ricos, orgulhosos, grandes na arte de receber. Livres de dívidas, foram viver para Paris.

O que se conta da história dos Correios Mores costuma terminar aqui.

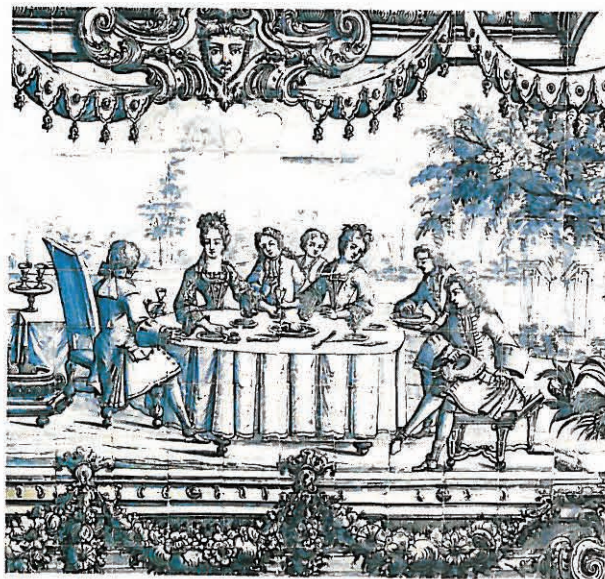
Na realidade, o marquês de Penafiel e a filha única do último Correio Mor continuaram em Paris uma vida que não era só de fútil mundanidade. Entraram nos meios diplomáticos, fizeram relações e amizades entre a fina flor da Europa que então tinha a sua acrópole na capital das luzes.

Por essa época estava travada a grande batalha para a partilha da África. A Bélgica, a Inglaterra e a França disputaram a Portugal o lugar que os direitos históricos lhe conferiam ao Sul do Equador. É Portugal quem pede a mediação germânica. O cargo de ministro português na capital da Alemanha tornou-se, então, um posto chave na defesa dos interesses históricos de Portugal. O governo de Lisboa pediu a António José Gomes que aceitasse chefiar a legação em Berlim e que advogasse junto de Bismark a justiça da causa portuguesa.



*Sala de Caça — Pormenor do tecto em talha, pintada e dourada. Este tecto compõe-se de 8 telas, com pinturas mitológicas, inspiradas nas “Metamorfoses” de Ovídio. Pintura atribuída a José da Costa Negreiros.*

*Sala de Caça — Painel de azulejos. “Refeição fidalga ao ar livre”.*



Foi ele quem, juntamente com Luciano Cordeiro e Serpa Pimentel, representou Portugal no congresso de Berlim e quem teve o árduo papel de discutir sobre a carta geográfica o traçado da área de influência portuguesa, trabalho que é ainda o que define a fronteira da Angola actual.

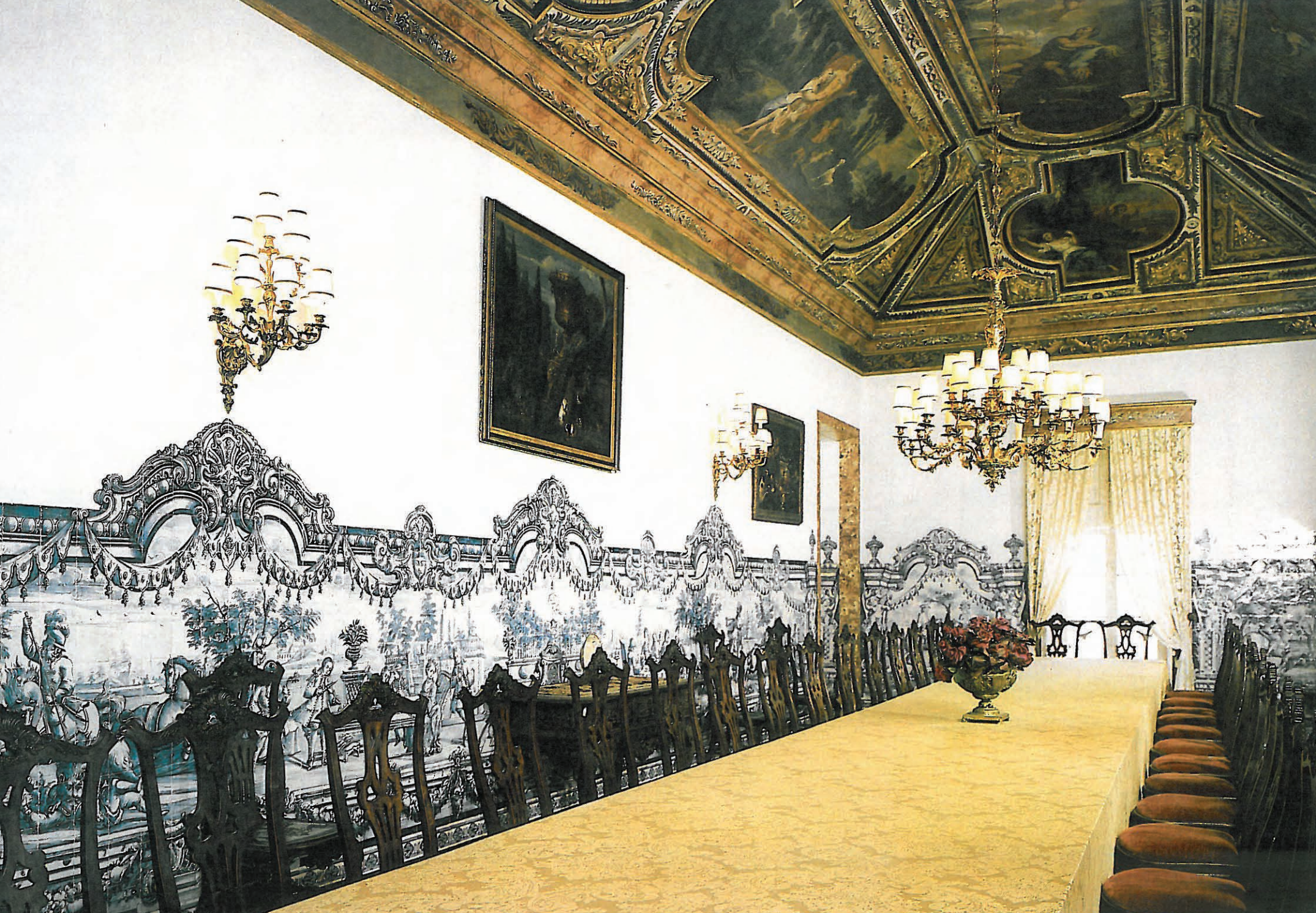
Agora que vão passados 100 anos é impossível deixar de se sentir surpresa e admiração pelo facto de, apesar da força de tantos adversários, Portugal ter sabido reservar para si tão vasta região da presa que todos ambicionavam. E vem ao espírito se não seria acto de justiça descerrar no palácio do Correio Mor o busto do maranhense António José Serra Gomes, último senhor do palácio que, por sinuosa malha do destino, teve uma vida que não foi muito diferente da dos primeiros correios mores: mensageiro dos interesses portugueses por cortes distantes, intérprete da posição nacional em lances decisivos ao desafio da história.

O palácio é o cenário ideal para a evocação de todo esse passado. Dos Matas filipinos, dos Sousa Coutinhos pombalinos, da angústia da guerra civil, do esplendor do marquês liberal.

Nesse sentido poucos monumentos portugueses podem aspirar a ser mais expressivos que este. É o edifício, íntimo e grandioso, vernáculo e solene, profundamente português nas proporções, nas soluções harmoniosas que propõe, numa grandeza essencial que inicialmente não se aprende mas que, ao cabo de algumas horas nos subjuga, é uma das obras exemplares do génio anónimo da cultura portuguesa nos finais do séc. XVIII, último patamar anterior à invasão desnaturante dos modelos pastiches de um romantismo prematuro e adoptado.

Até este nome, Palácio do Correio Mor, assume uma íntima acepção portuguesa e um significado simbólico. Porque correios mores da Europa, veleiros unindo mundos, portadores de notícias, gostos, técnicas, catecismos, culturas, sangues, credos e continentes, foi o pelouro que a História nos confiou para que o exercessemos no proscénio das acções universais.









*Sala dos Troféus. Tecto de estuque, com representação de cena mitológica na zona central, rodeada de troféus. Julga-se que os seis painéis de azulejos policromos tenham sido fabricados na Fábrica Real (Rato) por volta de 1775.*



*Sala dos Troféus — Azulejos policromos.*



*Sala Central e entrada para a Sala do Brazão (em tempos designada por Sala da Avé-Maria).*



*Sala Central — Painel de azulejos datáveis de 1760. Faz parte de um conjunto de painéis que representam as idades do homem, comparadas com as fases da vida de um navio.*

*Sala Central.*









*Sala das Estações — Painéis de azulejos datáveis de 1755, representando as quatro estações do ano.*

*Cozinha Velha — O grande painel sobre a chaminé representa cozinheiros a preparar uma refeição. Dispersos pelas paredes, azulejos mostrando peças de caça e outras figuras alusivas.*



*Capela.*

*Sala da Fama — No tecto em estuque, as pinturas representam quatro continentes, Europa, África, Ásia e América. Nas paredes, os painéis de azulejo figuram a Torre de Belém e o Terreiro do Paço antes do Terramoto de 1755.*







